

No. 27852

**BRAZIL
and
SPAIN**

**Agreement on plant health protection. Signed at Madrid on
12 April 1984**

*Authentic texts: Portuguese and Spanish.
Registered by Brazil on 25 January 1991.*

**BRÉSIL
et
ESPAGNE**

**Accord de protection phytosanitaire. Signé à Madrid le
12 avril 1984**

*Textes authentiques : portugais et espagnol.
Enregistré par le Brésil le 25 janvier 1991.*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

CONVÊNIO DEI ESA FITOSSANITÁRIA ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA
ESPANHA

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da Espanha,

A fim de facilitar as relações técnicas sobre diferentes aspectos da sanidade vegetal e o intercâmbio comercial de vegetais e seus produtos, bem como de preservar seus respectivos territórios de eventuais enfermidades e pragas nas plantações,

Decidiram estabelecer o presente Convênio:

ARTIGO I

As autoridades centrais competentes em matéria de sanidade vegetal de ambos os países celebrarão os Ajustes Complementares nos quais serão fixadas as condições para a realização de programas de cooperação técnica em matéria de sanidade agroflorestal, bem como para a importação-exportação de vegetais e seus produtos do território de uma das Partes Contratantes para o da outra.

ARTIGO II

Ambos os Governos se comprometem a:

- a) estabelecer programas concretos de cooperação técnica em matéria de combate integrado, com especial ênfase no combate biológico e nos cultivos agrícolas e florestais de interesse comum. Nesse sentido, será dedicada especial atenção ao estabelecimento de Redes Nacionais de Informação Fitossanitária baseadas nos Postos de Alerta;

- b) outorgar as garantias e preencher os requisitos fitossanitários estabelecidos pelas autoridades centrais de sanidade vegetal de cada país, para a importação de vegetais e derivados, de acordo com as condições que se estabeleçam nos Ajustes Complementares a serem celebrados.

ARTIGO III

Os Serviços fitossanitários centrais de ambos os países trocarão, periodicamente, Boletins Fitossanitários, nos quais será indicada a situação dos agentes prejudiciais aos vegetais sujeitos a quarentena nos respectivos países e, especificamente, os relacionados na lista A-1 da Organização Europeia e Mediterrânea para a Proteção de Plantas.

Da mesma forma, comprometem-se a informar imediatamente o surgimento eventual, no país, de qualquer foco de agentes prejudiciais mencionados nos Ajustes Complementares, no que diz respeito aos vegetais e seus derivados, especificando-se sua localização geográfica, difusão e medidas adotadas para sua erradicação ou controle, inclusive aquelas referentes à exportação.

ARTIGO IV

As autoridades centrais competentes em matéria de sanidade vegetal de ambos os países se comprometem a outorgar as garantias necessárias para assegurar que os produtos de origem vegetal a serem exportados não contenham resíduos de pesticidas ou quaisquer outras substâncias nocivas à saúde humana, de acordo com os limites de tolerância estabelecidos nos Ajustes Complementares.

ARTIGO V

As Partes Contratantes se comprometem a facilitar:

- a) a cooperação entre os laboratórios de Serviços Fitossanitários e Postos de Alerta em ambos os países;

- b) o intercâmbio de especialistas em sanidade vegetal, a fim de trocar informações sobre as condições sanitárias dos vegetais e seus derivados, bem como sobre as realizações científicas e técnicas em matéria de sanidade vegetal;
- c) a informação relativa ao combate integrado, aviso e alerta.

ARTIGO VI

As autoridades centrais em matéria de sanidade vegetal de ambos os países se entenderão diretamente no que diz respeito à execução do presente Convênio e ao estudo das eventuais modificações dos Ajustes Complementares.

ARTIGO VII

Para facilitar a aplicação do presente Convênio, bem como o estudo de qualquer modificação de seu texto, será criada uma Comissão Mista, constituída por representantes de cada uma das Partes Contratantes.

A Comissão reunir-se-á anualmente, de maneira alternada, no território de cada uma das Partes Contratantes. Suas funções serão:

- a) estudar o desenvolvimento da aplicação do presente Convênio e propor aos respectivos Governos as medidas a serem tomadas com vistas à execução mais eficaz de suas disposições;
- b) submeter à aprovação dos respectivos Governos as propostas relativas às modificações do presente Convênio;
- c) buscar soluções para as questões litigiosas relacionadas com a aplicação e a interpretação do Convênio;
- d) submeter aos respectivos Governos propostas de cooperação sobre temas relacionados com o presente Convênio, resultantes de critérios emanados de Organismos Internacionais reconhecidos como competentes pelos Governos de ambos os países.

ARTIGO VIII

As obrigações financeiras contraídas pelo Governo da Espanha em decorrência do presente Convênio serão cumpridas pelos Ministérios e Organismos executores do mesmo, mediante aplicação dos créditos estabelecidos nos orçamentos ordinários de cada uma das entidades, sem necessidade de recorrer à solicitação de créditos extraordinários e suplementação de créditos.

ARTIGO IX

O presente Convênio entrará em vigor trinta dias após a data em que ambas as Partes notifiquem reciprocamente, por via diplomática, o cumprimento de seus requisitos constitucionais para a entrada em vigor.

A duração deste Convênio será de 5 anos, prorrogáveis tacitamente por períodos sucessivos de 5 anos, a não ser que uma das Partes Contratantes o denuncie por escrito com uma antecedência mínima de 6 meses da data do imediato vencimento.

A denúncia do presente Convênio não afetará os programas e projetos em execução acordados durante seu período de vigência, a menos que ambas as Partes convenham em contrário.

Feito em Madri, aos 12 dias do mês de abril de 1984, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos..

Pelo Governo
da República Federativa
do Brasil:

[Signed — Signé]

RAMIRO SARAIVA GUERREIRO

Pelo Governo
da Espanha:

[Signed — Signé]

FERNANDO MORÁN LÓPEZ

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

El Gobierno de España

y

El Gobierno de la República Federativa del Brasil,

Con el fin de facilitar las relaciones técnicas sobre diferentes aspectos de la sanidad vegetal y los intercambios comerciales de vegetales y sus productos, así como de preservar sus territorios respectivos de ocasionales invasiones de enfermedades y plagas de los vegetales,

Han decidido establecer el presente Convenio:

ARTICULO I

Las Autoridades centrales competentes en materia de sanidad vegetal de los dos países convendrán los Acuerdos Complementarios mediante los cuales se fijarán las condiciones para la realización de programas de cooperación técnica en materia de sanidad agro-forestal, así como para la importación-exportación de vegetales y sus productos, desde el territorio de una de las Partes contratantes al territorio de la otra.

ARTICULO II

Ambos Gobiernos se comprometen a:

- a) Establecer programas concretos de colaboración técnica en materia de lucha integrada, con especial énfasis en la lucha biológica, en los cultivos agrícolas y forestales de interés común. En este sentido se dedicará una atención especial al establecimiento de las Redes Nacionales de Información Fitosanitaria, basadas en las Estaciones de Avisos.
- b) Otorgar las garantías y cumplir los requisitos fitosanitarios establecidos por las Autoridades centrales de sanidad vegetal de cada país, para la importación de vegetales y sus productos, de acuerdo con las condiciones que se establezcan en los Acuerdos Complementarios que se convengan.

ARTICULO III

Los Servicios Fitosanitarios centrales de los dos Estados intercambiarán periódicamente Boletines Fitosanitarios en los que se indique la situación de los agentes perjudiciales para los vegetales objeto de cuarentena en los respectivos países y específicamente los comprendidos en la lista A-1 de la Organización Europea y Mediterránea para la Protección de Plantas.

Igualmente, se comprometen a comunicarse inmediatamente la aparición eventual en el país de cualquier foco de los agentes perjudiciales que se fijan en los Acuerdos Complementarios en lo que respecta a los vegetales y sus productos, detallando su localización geográfica, difusión y medidas adoptadas para su erradicación o control, incluidas las referidas a la exportación.

ARTICULO IV

Las Autoridades centrales competentes en materia de sanidad vegetal de los dos países se comprometen a otorgar las garantías necesarias para asegurar que los productos de origen vegetal que se exporten no contengan residuos de plaguicidas ni otras sustancias nocivas para la salud humana, conforme a los límites de tolerancias que se establezcan en los Acuerdos Complementarios.

ARTICULO V

Las Partes contratantes se comprometen a facilitar:

- a) La colaboración entre los laboratorios de los Servicios Fitosanitarios y Estaciones de Avisos de ambos Estados.
- b) El intercambio de especialistas en sanidad vegetal, con el fin de informarse sobre el estado sanitario de los vegetales y sus productos y sobre las realizaciones científicas y técnicas en materia de sanidad vegetal.
- c) La información relativa a la lucha integrada, avisos y alertas.

ARTICULO VI

Las Autoridades oentrales en materia de sanidad vegetal de los dos Estados, se entenderán directamente en los asuntos relacionados con la ejecución del presente Convenio y en el estudio de las eventuales modificaciones de los Acuerdos Complementarios.

ARTICULO VII

Para facilitar la aplicación del presente Acuerdo así como el estudio de cualquier modificación de su texto, se creará una Comisión Mixta constituida por representantes de cada una de las Partes Contratantes.

La Comisión se reunirá anualmente, de modo alternativo en el territorio de cada una de las Partes contratantes y sus funciones serán:

- a) Estudiar el desarrollo de la aplicación del presente Convenio y proponer a los respectivos Gobiernos las medidas a tomar para conseguir la aplicación más eficaz de las disposiciones del mismo.
- b) Presentar, para aprobación de los Gobiernos respectivos, las proposiciones relativas a modificaciones de las disposiciones del presente Convenio.
- c) Buscar soluciones a las cuestiones litigiosas relacionadas con la aplicación e interpretación del Convenio.
- d) Someter a los Gobiernos respectivos propuestas de cooperación sobre temas relacionados con el presente Convenio, resultantes de criterios emanados de Organismos Internacionales reconocidos como competentes por los Gobiernos de ambos países.

ARTICULO VIII

Las obligaciones financieras contraídas por el Gobierno de España por el presente Convenio serán satisfechas por los Ministerios

y Organismos ejecutores del mismo con aplicación a los créditos establecidos en los Presupuestos Ordinarios para cada uno de ellos, sin necesidad de recurrir a la solicitud de créditos extraordinarios y suplementos de créditos.

ARTICULO IX

El presente Convenio entrará en vigor 30 días a partir de la fecha en que ambas Partes se notifique recíprocamente, por vía diplomática, el cumplimiento de sus requisitos constitucionales para su entrada en vigor.

La duración de este Convenio será de cinco años prorrogables tácitamente por periodos sucesivos de cinco años, a no ser que una de las Partes contratantes lo denuncie por escrito con una antelación mínima de seis meses del inmediato vencimiento.

La denuncia de este Convenio no afectará a los programas y proyectos en ejecución acordados durante su validez, a menos que ambas Partes convengan lo contrario.

Hecho en Madrid, el 12 de abril de 1984, en dos ejemplares originales en idiomas español y portugués, siendo los dos textos igualmente auténticos.

Por el Gobierno
de la República Federativa
del Brasil:

[Signed — Signé]

RAMIRO SARAIVA GUERREIRO

Por el Gobierno
del España:

[Signed — Signé]

FERNANDO MORÁN LÓPEZ

[TRANSLATION — TRADUCTION]

AGREEMENT¹ ON PLANT HEALTH PROTECTION BETWEEN THE
GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL
AND THE GOVERNMENT OF SPAIN

The Government of the Federative Republic of Brazil and
The Government of Spain

For the purpose of facilitating technical relations in regard to various aspects of plant health and the trade in plants and plant products and of protecting their respective territories from possible invasions of plant diseases and pests,

Have decided to conclude this Agreement:

Article I

The central plant health authorities of the two countries shall conclude supplementary agreements stipulating the conditions for implementing technical cooperation programmes in agricultural and forest health and for importing and exporting plants and plant products between the territories of the Contracting Parties.

Article II

The two Governments undertake:

(a) To establish practical programmes for technical cooperation in pursuing integrated campaigns, with special emphasis on biological measures, to protect agricultural and forest crops of common interest. To this end special attention shall be paid to the establishment of national plant health information networks based on warning stations;

(b) To provide the guarantees and to comply with the phytosanitary requirements established by the central plant health authorities of each country for importing plants and plant products, in accordance with the conditions laid down in such supplementary agreements as may be concluded.

Article III

At regular intervals the central plant health services of the two States shall exchange plant health bulletins indicating the situation with regard to organisms harmful to plant health subject to quarantine in their respective countries, including specifically those set out in list A-1 of the European and Mediterranean Plant Protection Organization.

In addition, they undertake to report immediately the presence in either country of any concentration of the organisms harmful to plants and plant products indicated in the supplementary agreements, specifying their geographical location, size of affected area and measures taken for their eradication or control, including measures relating to export.

¹ Came into force on 14 December 1990, i.e., 30 days after the date on which the Parties notified each other of the completion of their constitutional procedures, in accordance with article IX.

Article IV

The central plant health authorities in the two countries undertake to provide the guarantees necessary for ensuring the plant products for export do not contain pesticide residues or other substances harmful to human health, in conformity with the tolerance limits stipulated in the supplementary agreements.

Article V

The Contracting Parties undertake to facilitate:

(a) Cooperation between the laboratories of the plant health services and warning stations of the two States;

(b) Exchanges of specialists in plant health, for the purpose of keeping each other informed of the health situation of plants and plant products and of scientific and technical achievements in the field of plant health;

(c) Information on integrated action, warnings and alerts.

Article VI

The central plant health authorities in the two States shall collaborate directly in matters relating to implementation of this Agreement and in considering possible amendments to the supplementary agreements.

Article VII

In order to facilitate implementation of this Agreement and consideration of any amendments thereto, a Joint Commission shall be established consisting of representatives of each Contracting Party.

The Commission shall meet yearly, alternately in the territory of each of the Contracting Parties, and its function shall be:

(a) To consider the progress made in implementing this Agreement, and to propose to the respective Governments measures for achieving the most effective implementation of its provisions;

(b) To submit, for the approval of the respective Governments, proposals for amendments to the provisions of this Agreement;

(c) To seek solutions to disputes relating to implementation and interpretation of this Agreement;

(d) To submit to the respective Governments proposals for cooperation in matters relating to this Agreement, based on views expressed by international organizations deemed competent by the Governments of the two countries.

Article VIII

The financial obligations contracted by the Government of Spain under this Agreement shall be discharged by the ministries and agencies responsible for its implementation out of the regular budget funds allocated to each of those bodies, without having to submit requests for special allocations and additional funds.

Article IX

This Agreement shall enter into force 30 days after the date on which the Parties notify each other through the diplomatic channel that the requisite constitutional procedures for its entry into force have been completed.

This Agreement shall remain in force for five years and shall be automatically renewed for successive five-year periods, unless one of the Contracting Parties denounces it in writing at least six months before the expiry of any such period.

Denunciation of this Agreement shall not affect ongoing programmes and projects agreed upon while it was in force, unless the two parties agreed otherwise.

DONE at Madrid, on 12 April 1984, in two original copies in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government
of the Federative Republic
of Brazil:

[Signed]

RAMIRO SARAIVA GUERREIRO

For the Government
of Spain:

[Signed]

FERNANDO MORÁN LÓPEZ

[TRADUCTION — TRANSLATION]

ACCORD¹ DE PROTECTION PHYTOSANITAIRE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE L'ESPAGNE

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et

Le Gouvernement de l'Espagne,

En vue de faciliter les relations techniques concernant divers aspects de la santé des plantes ainsi que les échanges commerciaux de plantes et de leurs produits, et de protéger leurs territoires respectifs contre les maladies et parasites éventuels des végétaux,

Décident de conclure le présent Accord :

Article premier

Les autorités centrales compétentes de chaque pays en matière de santé des végétaux concluront des accords complémentaires pour fixer les conditions de la réalisation de programmes de coopération technique en matière de protection sanitaire de l'agriculture et des forêts, ainsi que concernant l'importation de végétaux et de leurs produits du territoire de l'une des Parties Contractantes et leur exportation à destination de l'autre.

Article II

Les deux Gouvernements s'engagent :

a) A mettre en place des programmes concrets de coopération technique en matière de lutte coordonnée, mettant particulièrement l'accent sur la lutte biologique et sur les cultures agricoles et forestières d'intérêt commun. Il sera à cet effet prêté spécialement attention à la création de réseaux nationaux d'informations phytosanitaires composés de postes d'alerte;

b) A donner les garanties et fournir les moyens phytosanitaires nécessaires exigés par les autorités centrales de protection sanitaire des végétaux de chaque pays, en vue de l'importation de végétaux et de leurs dérivés, conformément aux conditions qui seront fixées dans les accords complémentaires à conclure.

Article III

Les services phytosanitaires centraux des deux pays échangeront périodiquement des bulletins phytosanitaires où sera indiquée la situation des agents nuisibles aux végétaux qui font l'objet d'une quarantaine dans leur pays respectif, et plus précisément ceux qui figurent sur la liste A-1 de l'Organisation européenne méditerranéenne pour la protection des plantes.

De même, ils s'engagent à s'informer immédiatement de l'apparition éventuelle, dans le pays, de tout foyer d'agents nuisibles visés par les accords complémentaires en ce qui concerne les végétaux et les produits d'origine végétale, en précisant l'em-

¹ Entré en vigueur le 14 décembre 1990, soit 30 jours après la date à laquelle les Parties s'étaient notifié l'accomplissement de leurs formalités constitutionnelles, conformément à l'article IX.

placement géographique exact du foyer et en donnant tous détails sur les mesures adoptées en vue d'éradiquer ou de maîtriser les agents en cause, y compris les mesures prises en matière d'exportation.

Article IV

Les autorités centrales des deux pays, compétentes en matière de protection des végétaux, s'engagent à donner les garanties nécessaires pour assurer que les produits d'origine végétale exportés ne contiennent aucun résidu de pesticide ni aucune autre substance nocive pour la santé humaine, conformément aux limites de tolérance établies dans les accords complémentaires.

Article V

Les Parties Contractantes s'engagent à faciliter :

- a) La coopération entre les laboratoires des services phytosanitaires et les postes d'alerte des deux pays;
- b) L'échange de spécialistes de la santé végétale, aux fins de s'informer réciproquement de l'état sanitaire des végétaux et des produits d'origine végétale, ainsi que des progrès scientifiques et techniques accomplis dans ce domaine;
- c) L'information relative à la lutte coordonnée, aux notifications et aux alertes.

Article VI

Les autorités centrales des deux pays, compétentes en matière de santé des végétaux, s'entendront directement en ce qui concerne la mise en œuvre du présent Accord et l'étude des modifications éventuelles des accords complémentaires.

Article VII

En vue de faciliter l'application du présent Accord et l'étude de toute modification à apporter à ses dispositions, il sera créé une Commission mixte composée de représentants de chacune des Parties Contractantes.

La Commission se réunira tous les ans alternativement sur le territoire de chacune des Parties Contractantes. Elle aura les attributions suivantes :

- a) Suivre l'application du présent Accord et proposer aux deux Gouvernements les mesures à prendre pour donner une plus grande efficacité à ses dispositions;
- b) Soumettre à l'approbation des deux Gouvernements toutes propositions d'amendement aux dispositions du présent Accord;
- c) Chercher à résoudre toute question litigieuse liée à l'application ou à l'interprétation du présent Accord;
- d) Soumettre au deux Gouvernements, au sujet des questions se rapportant au présent Accord, des propositions de coopération inspirées des travaux des organismes internationaux reconnus comme compétents par les Gouvernements des deux pays.

Article VIII

Les obligations financières contractées par le Gouvernement de l'Espagne pour l'exécution du présent Accord seront à la charge des Ministères et organismes chargés de l'exécution dudit Accord moyennant utilisation des crédits inscrits au budget

ordinaire de chacun de ces organismes sans avoir à demander de crédits extraordinaires ou supplémentaires.

Article IX

Le présent Accord entrera en vigueur 30 jours après la date à laquelle les deux Parties se seront réciproquement informées, par la voie diplomatique, de l'accomplissement des formalités constitutionnelles nécessaires pour son entrée en vigueur.

Le présent Accord aura une durée de cinq ans et sera tacitement renouvelable pour des périodes successives de cinq ans, à moins que l'une des Parties Contractantes ne le dénonce par écrit six mois au moins avant la date de son échéance immédiate.

La dénonciation du présent Accord n'aura aucune incidence sur les programmes et projets en cours arrêtés pendant sa durée, à moins que les deux Parties Contractantes n'en soient convenues autrement.

FAIT à Madrid le 12 avril 1984, en deux exemplaires originaux en langues portugaise et espagnole, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement
de la République fédérative
du Brésil :

[Signé]

RAMIRO SARAIVA GUERREIRO

Pour le Gouvernement
de l'Espagne :

[Signé]

FERNANDO MORÁN LÓPEZ
